

CONDIÇÕES GERAIS

O presente programa é o documento informativo no qual se inserem as presentes condições gerais, dele fazendo parte integrante e que constituem, na ausência de documento autónomo o contrato de viagem.

A presente informação é vinculativa para a agência salvo se cumulativamente:

- O programa o prever expressamente;
- As alterações ao mesmo sejam insignificantes;
- A informação da alteração seja prestada ao viajante em suporte duradouro;

As presentes condições gerais obedecem ao disposto no Decreto-lei n.º 17/2018.

As Condições Gerais cujo objecto seja uma Viagem Organizada ou Serviço de Viagem Conexo constante do presente programa, as correspondentes fichas de informação normalizada e as condições particulares que constam da documentação de viagem facultada ao Viajante no momento de reserva da viagem consubstanciam o contrato de viagem que vincula as partes.

CONDIÇÕES GERAIS

A combinação de serviços de viagem que lhe é proposta constitui uma viagem organizada na aceção do Decreto-Lei n.º 17/2018 de 08 de Março.

Por conseguinte, beneficiará de todos os direitos da UE aplicáveis às viagens organizadas. A GOMES PEREIRA LDA VIAGENS E TURISMO será plenamente responsável pela correta execução da globalidade da viagem organizada.

Além disso, conforme exigido por lei, a GOMES PEREIRA LDA VIAGENS E TURISMO tem uma proteção para reembolsar os pagamentos que tenha efetuado e, se o transporte estiver incluído na viagem organizada, assegurar o seu repatriamento caso seja declarada insolvente.

Mais informações sobre os principais direitos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 17/2018 de 08 de Março :

- Os viajantes receberão todas as informações essenciais sobre a viagem organizada antes de celebrarem o respetivo contrato.
- Há sempre pelo menos um operador responsável pela correta execução de todos os serviços de viagem incluídos no contrato.
- Os viajantes dispõem de um número de telefone de emergência ou dos contactos de um ponto de contacto para poderem comunicar com o organizador ou a agência de viagens.
- Os viajantes podem ceder a viagem organizada a outra pessoa, mediante um pré-aviso razoável e, eventualmente, mediante o pagamento de custos adicionais.
- O preço da viagem organizada só pode ser aumentado em caso de aumento de custos específicos (por exemplo, do preço do combustível), até 20 dias antes do início da viagem organizada. Se o aumento do preço for superior a 8% do preço da viagem organizada, o viajante pode rescindir o contrato. Se o organizador se reservar o direito de aumentar o preço, o viajante tem direito a uma redução do preço em caso de redução dos custos relevantes.
- Os viajantes podem rescindir o contrato sem pagar uma taxa de rescisão e obter o reembolso integral dos pagamentos efetuados em caso de alteração significativa de algum dos elementos essenciais da viagem organizada, com exceção do preço. Se, antes do início da viagem organizada, o operador responsável pela mesma a anular, os viajantes têm direito ao reembolso e, se for caso disso, a uma indemnização.
- Os viajantes podem rescindir o contrato sem pagar uma taxa de rescisão antes do início da viagem organizada, em circunstâncias excepcionais, por exemplo, em caso de graves problemas de segurança no destino suscetíveis de afetar a viagem organizada.
- Além disso, os viajantes podem rescindir o contrato a qualquer momento antes do início da viagem organizada mediante o pagamento de uma taxa de rescisão adequada e justificável.
- Se, após o início da viagem organizada, não for possível prestar elementos significativos da mesma conforme acordado, terão de ser propostas alternativas adequadas ao viajante, sem custos suplementares. O viajante pode rescindir o contrato de viagem organizada sem pagar uma taxa de rescisão caso os serviços não sejam executados nos termos do contrato, desde que esta falta de conformidade afete consideravelmente a execução da viagem organizada e o organizador não supra esta falta.
- Os viajantes têm também direito a uma redução do preço e/ou a uma indemnização por danos em caso de incumprimento ou de execução deficiente dos serviços de viagem.
- O organizador tem de prestar assistência se um viajante estiver em dificuldades.
- Se o organizador ou o retalhista for declarado insolvente, os pagamentos serão reembolsados. Se o organizador ou o retalhista for declarado insolvente após o início da viagem organizada e se o transporte estiver incluído na viagem organizada, é garantido o repatriamento dos viajantes. A GOMES PEREIRA LDA VIAGENS E TURISMO subscreveu uma proteção em caso de insolvência com o Fundo de Garantia de Viagens e Turismo (FGVT) do Turismo de Portugal. Os viajantes podem contactar esta entidade ou, se aplicável, a autoridade competente (Turismo de Portugal, I.P., Rua Ivone Silva, Lote 6, 1050-124 Lisboa, Tel. 211 140 200 | Fax. 211 140 830, info@turismodeportugal.pt) se for recusada a prestação de serviços devido à insolvência da GOMES PEREIRA LDA VIAGENS E TURISMO.

Sítio web que disponibiliza a Diretiva 2015/2302 conforme transposta para o direito nacional: www.dre.pt.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Estes dados serão tratados confidencialmente e usados exclusivamente para processamento deste seu pedido. Do mesmo modo, não serão partilhados com terceiros nem utilizados para efeitos de Marketing da empresa. Consulte aqui a [Política de Privacidade e Tratamento de Dados Pessoais](#).

O Tratamento dos Dados Pessoais é realizado no estrito cumprimento do Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Abril de 2016 sobre a proteção de pessoas físicas no que diz respeito ao processamento de dados pessoais e sobre a livre circulação de tais dados, e/ou qualquer legislação que regule, adite ou substitua a referida legislação, no conjunto designada por "Regulamento Geral de Proteção de Dados" (doravante referida como RGPD).

Os Dados Pessoais são obtidos com a finalidade de:

- Própria da atividade da GPTUR, vinculada como uma agência de viagens, grossista e retalhista;
- Fornecimento aos intervenientes nos serviços solicitados pelo utilizador para concretização da reserva / serviço contratado;
- Gestão, administração, prestação, ampliação e melhoria dos serviços em que o utilizador decida subscrever-se e registar-se ou utilizar a adequação desses serviços às preferências e gostos dos utilizadores;
- Verificar cartões de crédito e outros tipos de cartões utilizados no pagamento e indicados pelo próprio Utilizador;
- O estudo da utilização dos serviços por parte dos utilizadores;
- Verificar, manter e desenvolver sistemas e análises estatísticas;
- Atividades de publicidade, promoção e prospecção comercial se devidamente aceites pelo Utilizador;
- Enviar formulários de inquéritos aos quais o utilizador não fica obrigado a responder;
- Enviar mensagens SMS com fins de venda direta, publicitários ou relacionados com o serviço contratado.

A formalização de reservas implica a informação de dados pessoais de identificação por parte dos titulares dos mesmos, bem como aspetos relativos às suas preferências pessoais, circunstâncias especiais que o afetam ou outros, dados referentes a cartões de Passageiro Frequent ou outros, os quais serão utilizados para facilitar e permitir a contratação e reserva dos serviços concretos que compõem a solicitação do titular, e ainda para prestar informação relativa a produtos e serviços da GPTUR. Por questões de segurança, aplicáveis a certos países, é obrigatória a colocação nas reservas de voos, para além do nome do viajante, informação referente a dados como número de passaporte ou cartão de cidadão, sexo, idade, nacionalidade. Essa informação contida na reserva poderá, nos termos da legislação aplicável, ser consultada pelas autoridades alfandegárias dos países de origem ou destino.

Além disso, o titular dos dados consentirá expressamente que os seus dados pessoais possam ser cedidos a:
Autoridades nacionais e internacionais competentes em matéria de turismo, terrorismo ou delitos que atentem contra os direitos humanos;

Qualquer entidade jurídica filial ou participada pelo Clube Viajar ou à empresa que tenha prestado o serviço contratado (hotéis, empresa de transporte aquático, terrestre, ferroviário, aéreo, aluguer, etc.), para que os utilizem com a finalidade de uma correta prestação de cada serviço solicitado pelo titular dos dados.

No momento da recolha dos Dados Pessoais, salvo nos campos em que for indicado o contrário, o titular dos mesmos poderá, voluntariamente, facilitar os Dados Pessoais, sem que a falta de resposta implique um decréscimo na qualidade ou quantidade dos serviços correspondentes (a menos que esteja indicada outra coisa). Não obstante, a falta de resposta aos dados, considerados obrigatórios, implicará a impossibilidade de aceder ao serviço para o qual os dados foram solicitados. A GPTUR poderá revelar a informação dos utilizadores a terceiros unicamente com o propósito de completar a reserva solicitada e por razões administrativas, nos termos da legislação em vigor para concretização de viagens / serviço para determinados países. Qualquer dado recolhido será transmitido, em conformidade com o estabelecido no RGPD, às entidades envolvidas para contratar os serviços requeridos na medida do absolutamente necessário para a concretização da reserva / serviço pretendido e para cumprimento da legislação dos Países de destino. Em nenhuma situação será solicitada informação sobre convicções filosóficas ou políticas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa, vida privada e origem racial ou étnica bem como os dados relativos à saúde e à vida sexual, incluindo os dados genéticos.

A GPTUR, acedendo a qualquer dado pessoal, compromete-se a:

- Custodiá-los por intermédio de medidas de segurança, legalmente exigíveis, de natureza técnica e organizacional, que garantam a sua segurança, evitando assim sua alteração, perda, tratamento ou acesso não autorizado, em conformidade com o estado da tecnologia em cada momento, a natureza dos dados e os possíveis riscos a que estejam expostos;
- Utilizar ou aplicar os dados exclusivamente com as finalidades devidamente previstas;
- Certificar-se de que os dados são manejados unicamente pelos trabalhadores cuja intervenção seja necessária para a prestação do serviço estando os mesmos obrigados ao dever de sigilo e confidencialidade. Existindo a possibilidade de a informação ser revelada a terceiros, estes devem ser obrigados a guardar a devida confidencialidade em conformidade com o previsto neste documento.

Quaisquer dados pessoais que os seus titulares possam revelar à GPTUR, serão entendidos como obtidos, tratados e transmitidos sob o estrito cumprimento do RGPD. Ao fornecer os seus dados pessoais, os titulares dos mesmos declaram que autorizam e consentem no tratamento desses dados pela GPTUR para as finalidades de facilitar e permitir a contratação e reserva dos serviços concretos que compõem a sua solicitação.

Os Dados Pessoais são tratados com o grau de proteção legalmente exigível para garantir a segurança dos mesmos e evitar a sua alteração, perda, tratamento ou acesso não autorizado.

Os dados pessoais serão conservados pelo período necessário à prossecução das finalidades do seu tratamento e/ou, dependendo da sua natureza, pelo período a que a GPTUR é obrigada pelas competentes Entidades Fiscais. A GPTUR garante ao titular dos dados o exercício dos direitos de acesso, retificação, cancelamento ou oposição legalmente previstos. Se o titular dos dados desejar exercer os direitos de acesso, retificação, cancelamento ou oposição que a RPDP lhes concede, deverá remeter uma mensagem de correio eletrónico para contabilidade@gptur.pt

DIREITO AO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

O tratamento dos dados pessoais que consta da ficha de inscrição é necessário para a execução do serviço adquirido e respetiva faturaçāo. Os dados serão transmitidos apenas aos nossos parceiros comerciais no âmbito da referida prestação de serviço (Companhias aéreas, hotéis, museus, operadores, embaixadas ou consulados) e/ou a entidades administrativas no âmbito do cumprimento de obrigação legal (AT).

Os dados serão conservados apenas durante o período que for necessário para cumprir a finalidade para a qual foram recolhidos ou durante o período mínimo de conservação exigido por normas legais, como por exemplo o cumprimento do código do IVA e do IRC, quando aplicável.

Em todo o caso, uma vez atingido o prazo máximo de conservação, os dados serão eliminados. Nos termos da legislação aplicável, é garantido ao titular dos dados, o direito de acesso, retificação, limitação ou oposição ao tratamento, portabilidade ou esquecimento dos seus dados pessoais, mediante pedido escrito endereçado a contabilidade@gptur.pt. Informamos ainda que terá sempre o direito de apresentar reclamação junto da autoridade de controlo (Comissão Nacional de Proteção de Dados – CNPD | Rua de São Bento, n.º 148, 3º, 1200- 821 Lisboa | Tel: 351 213928400 | Fax: +351 213976832 | e-mail: geral@cnpd.pt).

Política de Cookies

Definição: "Cookies" são pequenos ficheiros de texto que são armazenados no seu computador ou no seu dispositivo móvel através do navegador de internet (browser), retendo apenas informação relacionada com as suas preferências, não incluindo, como tal, os seus dados pessoais. A colocação de cookies ajudará o website a reconhecer o seu dispositivo na próxima vez que o visitar.

Os cookies utilizados não recolhem informação que o poderá identificar. Os cookies recolhem informações genéricas, como por exemplo, a forma como chega e utiliza o website ou a zona do país através do qual acede ao website.

Os cookies retêm apenas informação relacionada com as suas preferências. A qualquer momento pode, através do seu navegador de internet (browser), decidir ser notificado sobre a receção de cookies, bem como bloquear a respetiva entrada no seu sistema.

Porém, a recusa de uso de cookies no website resulta na impossibilidade de ter acesso ao mesmo.